

As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues¹

Resumo

O elemento cultura, em suas diversas dimensões e interlocuções, é tratado como aspecto de importância revelado pelo princípio da garantia cultural, no contexto dos vocabulários controlados multilíngues e na perspectiva de diferentes abordagens metodológicas de construção, tendo em vista a recuperação da informação por usuários locais e remotos detentores de culturas distintas. Conclui-se ser fundamental considerar-se as dimensões culturais que cada termo possui em cada língua na construção de vocabulários controlados multilíngues, visto que diferentes usuários em distintas culturas possuem diferentes necessidades e formas de buscar a informação por assunto.

Palavras-chave: Vocabulário controlado multilíngue. Garantia cultural. Cultura. Multiculturalidade. Transculturalidade.

Las dimensiones culturales en el contexto de la construcción de vocabularios controlados multilingües

Resumen

El elemento de la cultura, en sus múltiples dimensiones y diálogos, se trata como aspecto importante revelado por el principio de la garantía cultural, en el contexto de vocabularios controlados multilingües y en la perspectiva de los diferentes enfoques metodológicos para la construcción, con vista a la recuperación de la información

Cómo citar este artículo: BOCCATO, Vera Regina Casari y BISCALCHIN, Ricardo. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. *Revista Interamericana de Bibliotecología* 2014, vol. 37, n° 3, pp. 237-250.

Recibido: 2013-10-31 / **Aceptado:** 2014-03-06

Vera Regina Casari Boccato

Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento para Disseminação da Informação. vboccato@ufscar.br

Ricardo Biscalchin

Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade, formado em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bibliotecário da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento para Disseminação da Informação. ricardob@ufscar.br

1 Este artigo apresenta o resultado da investigação realizada na dissertação de mestrado intitulada “Construção de vocabulário controlado multilíngue: Um estudo de possibilidades no contexto da garantia cultural e pela perspectiva da Terminologia” apresentada no programa de Ciência, Tecnologia e Sociedade, da Universidade Federal de São Carlos, por Ricardo Biscalchin, com orientação de Vera Regina Casari Boccato e com co-orientação de Luciana de Souza Gracioso.

de los usuarios locales y la distancia de distintas culturas. Se concluye que es fundamental considerar las dimensiones culturales que cada término tiene en cada lengua en la construcción de vocabularios multilingües, pues diferentes usuarios en distintas culturas tienen diversas necesidades y formas de búsqueda de información por materias.

Palabras-clave: Vocabulario controlado multilingüe. Garantía cultural. Cultura. Multiculturalidad. Transculturalidad.

Cultural Dimensions in the Context of Construction of Multilingual Controlled Vocabularies

Abstract

The element of culture, in its multiple dimensions and dialogues, is addressed as an important aspect revealed by the principle of cultural warrant, in the context of multilingual controlled vocabularies and in the perspective of the various methodological approaches for their construction, taking into account the retrieval of information from local users and the differences between cultures. It is concluded that it is essential to consider the cultural dimensions that each term has in every language when constructing multilingual vocabularies, since different users in different cultures have diverse needs and ways to search for information by subject.

Keywords: Multilingual controlled vocabulary. Cultural warranty. Culture. Multiculturalism. Transculturality.

1. Introdução

Diante da gigantesca quantidade de informação² e possibilidades de acesso, a organização e a representação da informação faz-se imprescindível, pois sem uma sistematização adequada, vimo-nos diante de uma “avalanche” informacional de difícil busca e de recuperação não pertinente às nossas perguntas de pesquisa.

2 Na atualidade, vivemos na era da informação em que nos deparamos com milhões e milhões de documentos disponíveis para busca por assunto em sistemas de recuperação da informação de bibliotecas, arquivos, livrarias, editoras, entre outras unidades de informação reais e em ambientes digitais e virtuais, acessíveis por computadores e por meio de *tablets*, celulares, *paggers* e outros dispositivos portáteis.

Com a perspectiva de integração entre sistemas de recuperação da informação e dos usuários buscarem informações em/de toda parte do mundo, cabe à biblioteca buscar junto as políticas públicas e a iniciativa privada meios de socialização do saber mediante o desenvolvimento de produtos e o oferecimento de serviços na prática da representação temática igualitária da informação. Tal prática requer o uso de um vocabulário controlado multilingue, formado por termos que permitam a recuperação precisa da informação por usuários locais e remotos provenientes de diferentes ambientes sócio-culturais e linguísticos.

O *Manifesto da IFLA/UNESCO por la Biblioteca Multicultural* declara que

los servicios bibliotecarios y de información en un contexto de diversidad cultural y lingüística incluyen tanto la oferta de servicios a todo tipo de usuarios de la biblioteca como la oferta de servicios bibliotecarios dirigidos especialmente a grupos culturales y lingüísticos tradicionalmente más desatendidos (, 2012, p.1-2)

Ressalta, também, que as bibliotecas devem “Ofrecer información en las lenguas y alfabetos pertinentes”³ (,2012, p 1-2) por meio de sistemas de acesso e da organização da informação.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo apresentar o elemento cultura em suas diversas dimensões e interlocuções, como aspecto de importância revelado pelo princípio da garantia cultural, na perspectiva de diferentes abordagens metodológicas de construção de vocabulários controlados multilingües, tendo em vista a recuperação por assunto por usuários locais e remotos inseridos em contextos sócio-históricos, culturais e linguísticos distintos.

3 O *Manifesto da IFLA/UNESCO por la Biblioteca Multicultural* declara que os serviços bibliotecários e de informação em um contexto de diversidade cultural e linguística incluem tanto a oferta de serviços a todo tipo de usuário de biblioteca como a grupos culturais e linguísticos tradicionalmente menos atendidos. Ressalta, também, que as bibliotecas devem proporcionar acesso aos recursos bibliotecários nas línguas pertinentes por meio de sistemas de acesso e da organização da informação.

2. A concepção de cultura e os seus reflexos teórico-ideológicos nos vocabulários controlados multilíngues

Tratar do elemento “cultura”, conduz-nos a um universo conceitual complexo, constituído por inúmeras vertentes teórico-ideológicas que reflete nas diferentes visões sobre sua concepção e dimensões existentes.

A primeira definição de cultura foi formulada no campo da Antropologia, em 1871, quando Tylor publicou a obra intitulada *Primitive Culture*⁴. Para o autor Tylor (1920), “Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society” (p. 1).

Na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, elaborada pela UNESCO (2002), o conceito de cultura é apresentado como

[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (p. 3)

A cultura se apresenta como traços e valores que são compartilhados por uma comunidade de indivíduos, de modo que, sejam identificáveis e característicos desta comunidade. Segundo a UNESCO (2002), “A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade” (p. 3).

Na visão do sociólogo Stuart Hall, “[...] a cultura não é tanto um conjunto de coisas, mas de formações discursivas e sistemas de representação e de classificação dos quais a língua lança mão para dar significado às coisas” (Hall, 1997, p. 2). Essa concepção é abordada também

por Geertz (2008), denominando-a como “teia de significados” (p. 4).

Numa perspectiva empírica, vimos a cultura como uma herança de valores, tradições, técnicas e conhecimentos adquiridos que, compartilhados por um grupo de indivíduos e entre eles, são enunciados pela linguagem (seja ela corporal, verbal e não verbal) que atribui sentidos e significados aos objetos que permeiam o cotidiano pessoal, acadêmico e profissional dos integrantes de um país, setor de produção, de uma organização, em que se inserem as unidades de informação (bibliotecas, arquivos, museus, livrarias, editoras, entre outros).

O conceito de cultura abre espaço para uma discussão mais ampla e profunda que reflete na própria intensão conceitual que o termo possui e, conseqüentemente, nas diferentes formas de representar a informação mediante vocabulários controlados multilíngues. A culturalidade, que é própria de uma determinada cultura, favorece “[...] o conhecimento de processos culturais e ajuda a pensar a alteridade⁵ sem tornar o Outro um objeto”. (Gonçalves, 2006, p. 114).

Nesse sentido, identificamos a multiculturalidade, também como uma outra dimensão relevante na construção de vocabulários controlados multilíngues. Sobre isso, Lazzarin (2008) relata que a multiculturalidade “[...] designa a característica de sociedades formadas por múltiplas comunidades culturais, que convivem entre si” (p. 122).

Para Hall (1997), a multiculturalidade pressupõe um entendimento particular sobre as nossas verdades, ou seja, a forma como atribuímos sentido aos objetos, a partir da linguagem. A linguagem, como um sistema de representações, utiliza signos e símbolos para representar conceitos, idéias ou sentimentos.

O autor Hall (2003) ainda traça a diferença existente entre multiculturalidade e multiculturalismo, referendando-se, a este último como, “[...] a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiculturalidade

5 Na antropologia, a questão da alteridade é vista a partir da premissa de que todo indivíduo social (ou o “eu – individual”) interage e estabelece uma relação interpessoal com Outros indivíduos, isto é com a própria sociedade diferente desse indivíduo.

4 Tylor, E. B. (1871). *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. 2 v. London: John Murray, Albemarle Street.

gerados pelas sociedades multiculturais. É normalmente utilizado no singular significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta estratégias multiculturais.” (p. 52). Entendemos, pois, que a multiculturalidade é parte do multiculturalismo e pressupõe que usuários provenientes de uma mesma localidade, região ou país, sem que uma delas predomine, são possuidores de diversas culturas, havendo diferenças na compreensão e observação do mundo e dos fatos presentes em cada cultura e em momentos históricos distintos. A exemplo, o Canadá é um país com características multiculturais que, em virtude das colonizações francesa e inglesa ocorridas entre os séculos XVI e XVII e de suas heranças históricas e culturais, tornou-se uma unidade nacional, um país, de objetivos comuns de igualdade, harmonia social e prosperidade econômica. Os vocabulários controlados bilíngues neste caso possibilitam a realização de estratégias de busca na língua preferencial (inglesa ou francesa) e desse modo, a busca por informação conforme a preferência de cada indivíduo e a particularidade presente em cada cultura.

Numa outra abordagem, tem-se a interculturalidade, termo que surgiu na década de 1970, na França, e originou-se da necessidade de integração dos filhos de imigrantes e das suas adequações aos métodos educacionais desenvolvidos por uma “nova” sociedade. Essa concepção galicista começou a ser advogada, não só na França, como também estendeu-se por toda a Europa. Todavia, no mundo anglo-saxão, há a predominância do uso do termo multiculturalidade, em que os grupos de origens culturais distintas são integrados na vida cotidiana, visando à coesão social, porém não a sua inclusão (Costa & Lacerda, 2007).

Os prefixos “inter” remetem à integração de duas ou mais culturas no estabelecimento de relações de interdependência, enquanto que o prefixo “multi” não contempla essa conjunção, privilegiando o convívio de duas categorias culturais.

A interculturalidade busca a incorporação entre distintas culturas de modo que formem uma unidade representativa de uma nova realidade sócio, histórica, cultural. Já a multiculturalidade não busca a integração entre as culturas, mas o convívio mútuo entre as distintas

culturas. A multiculturalidade é representativa da diversidade cultural, e quando aplicada em vocabulários controlados multilíngues dará ao usuário a possibilidade de encontrar e buscar a informação conforme suas percepções culturais.

No cenário epistemológico contemporâneo de atualização e modernização das culturas, identificamos a transculturalidade

[...] que consiste em perceber o todo (a população mundial [...] globalizada e às redes de informação) e suas relações com as partes, que são as culturas, respeitando-as e permitindo que elas dialoguem com o todo, na construção de um mundo mais equilibrado em termos de troca de conhecimentos. (Lucchesi & Malanga, 2011, p. 75).

De acordo com Nicolescu (2005), a transculturalidade

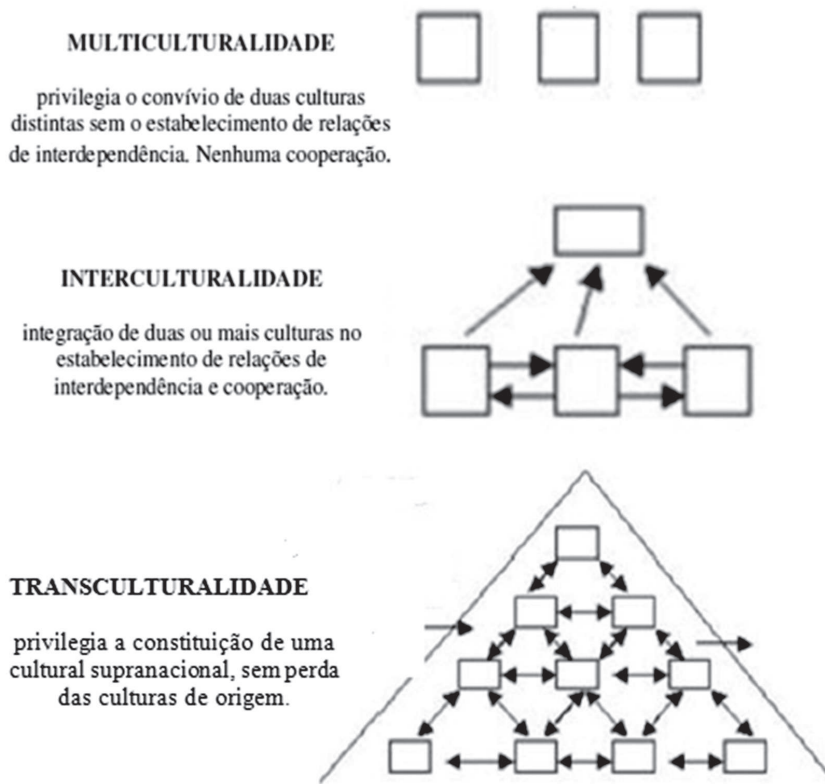
[...] vai além da interpretação de uma cultura por outra cultura e também não se restringe a fecundação de uma cultura por outra cultura, mas a mesma assegura a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, através do sentido que une as mais diferentes culturas, mesmo que as ultrapassando (Neiva, Alonso & Ferneda, 2007, p. 6).

Ela configura-se num “[...] instrumento de interpretação da nova realidade gerada pela sociedade em rede e pelos meios de comunicação de massa de alcance global” (Lucchesi & Malanga, 2011, p. 82).

Sob o nosso ponto de vista, vimos a transculturalidade como uma concepção teórico-ideológica que suplanta o aspecto da compreensão de uma cultura por outra cultura e garante a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, por meio do sentido que une as mais diversas culturas, privilegiando a constituição de uma identidade cultural supranacional, sem a perda das identidades culturais.

Tomando por base o modelo de Jantsch apresentado em seu trabalho *L'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation*, resumamos os diferentes níveis de abordagens das dimensões culturais e suas finalidades (figura 1):

Figura 1. As dimensões culturais e seus objetivos.



Fonte: Adaptado de Jantsch, 1972. Desenvolvido pelos autores.

Diante da figura, acompanhada de nossas exposições e reflexões, observamos que o elemento cultura, imbuído de sua significação histórico-social e em suas diferentes dimensões e abordagens, multiculturalidade, transculturalidade - são aspectos que refletem na construção de vocabulários controlados multilíngues, pressupondo que nenhuma sociedade e cultura devam ser preteridas em detrimento de outra. Subsidiados por Grolier (1962), os vocabulários controlados, mesmo com a proposta de retratar a terminologia das disciplinas, em seus diversos âmbitos temáticos, com objetividade e imparcialidade, estão condicionados histórica e culturalmente, já que devem refletir as condições e as mentalidades sociais, políticas e religiosas de suas respectivas épocas (Barité, 2011).

A multiculturalidade em conjunto com a transculturalidade possibilitam a representação da informação de modo que por meio da transculturalidade as minorias culturais sejam 'lembradas' e inseridas na representação

da informação. Para que a representação da informação em vocabulários controlados multilíngues seja mais objetiva e parcial se faz necessário a adoção de uma política que envolva o estudo do perfil do usuário e do perfil da unidade de informação, possibilitando assim a representação por meio de termos representativos a essa realidade.

O estudo sobre o perfil do usuário e o perfil da unidade de informação torna possível ao bibliotecário recorrer a essa política como norte na construção do vocabulário controlado multilíngue.

O usuário deve ter a oportunidade de buscar a informação pelo termo que mais lhe convier, que mais retrate o seu cotidiano linguístico e cultural e que demonstre as necessidades de informação. Compete, pois, ao bibliotecário planejar um vocabulário controlado multilíngue considerando tais dimensões culturais, manifestadas pelo princípio da garantia cultural.

3. Os vocabulários controlados multilíngues: princípios e metodologias de construção

O vocabulário controlado consiste em um conjunto de termos selecionados a partir do conjunto lexical presente na linguagem natural. O léxico presente na linguagem natural é o conjunto de palavras utilizadas por um indivíduo na sua língua, enquanto que o léxico na linguagem de especialidade é o conjunto de termos utilizados pelos pesquisadores (especialistas) naquela área de conhecimento.

Um vocabulário controlado é uma linguagem artificial formada por termos preferidos e não preferidos, sistematizados em ordens hierárquicas, não hierárquicas e de equivalência que permitem a busca por assuntos de maneira que o usuário possa recuperar a informação desejada em sistemas de recuperação da informação (bases de dados, catálogos on-line de bibliotecas, entre outros sistemas automatizados ou não). São exemplos, as listas de cabeçalho de assunto, os tesouros, as ontologias, entre outros.

A norma ANSI/NISO Z39-19 (2005)⁶, traz-nos o conceito de vocabulário controlado como uma lista de termos organizados explicitamente em que todos os termos não podem ser ambíguos e redundantes e devem ser controlados por uma autoridade registrada. A norma ISO 25964-1 (2011) apresenta esse conceito com uma lista organizada de termos, cabeçalhos ou noções, cada um representando um conceito.

Para Lancaster (2004)

Um vocabulário controlado é essencialmente uma lista de termos autorizados. Em geral, o [bibliotecário] indexador somente pode atribuir a um documento termos que constem da lista adotada pela instituição para a qual trabalha. Comumente, no entanto, o vocabulário controlado é mais do que uma mera lista. Inclui, em geral, uma forma de estrutura semântica. [Grifo nosso]. (p. 19)

6 Em 2010 foi realizada uma revisão da norma e publicada sob a designação: ANSI/NISO Z39-19: 2005 (R2010).

A estrutura semântica de um vocabulário controlado visa atender a três objetivos: 1) controlar termos sinônimos, 2) diferenciar termos homógrafos, 3) reunir ou unir termos cujos significados possuem uma relação mais estreita entre si, de ordens hierárquicas e não hierárquicas (Lancaster, 2004).

No âmbito da construção de vocabulários controlados, com destaque para os multilíngues, e no alcance dessa sistematização semântica, a fase de “coleta e seleção de termos” constitui-se numa atividade colaborativa entre bibliotecários e usuários (sejam eles pesquisadores ou não), na elaboração de um instrumento de representação temática formado por termos provenientes da linguagem de especialidade⁷ e da linguagem natural (linguagem de busca do usuário). Entretanto, essa tarefa deve preencher alguns requisitos, delimitados previamente na fase de Planejamento, como a definição da área de abrangência e da estrutura científica que ela possui⁸; identificação do público - alvo, isto é, dos usuários que farão uso do vocabulário controlado, entre outros aspectos.

Exemplificando, a coleta e a seleção de termos podem ser realizadas da seguinte forma: a) consulta a fontes de informação de diversas naturezas, sejam elas científicas e de divulgação (livros, periódicos, dicionários, etc.), em formatos impresso e eletrônico, disponíveis em bibliotecas reais, digitais e virtuais; *sites* institucionais e demais categorias de importância na área do vocabulário; fontes de informação desenvolvidas em ambiente colaborativo, na internet, como *blogs*, *twitters*, etc. (princípio da garantia literária); b) levantamento dos termos livres e controlados mais empregados pelos usuários nas buscas e que são armazenados nos históricos das bases de dados e dos catálogos on-line (garantia de uso); c) identificação dos termos que caracterizam e

7 Linguagem de especialidade é a aquela “[...] utilizada pelo pesquisador na geração do conhecimento, proveniente das atividades desenvolvidas em grupos de pesquisa e/ou no momento da realização do seu discurso científico (termos especializados constantes nos trabalhos científicos como os artigos de periódicos etc.)”. (Boccato, 2009, p. 119).

8 Por exemplo: a área de Fonoaudiologia, no Brasil, é formada pelas seguintes especialidades: Linguagem, Voz, Motricidade Oral e Audiologia. Nos Estados Unidos, a *Speech-Language Pathology* (Patologia da Fala e da Linguagem) é formada pelas especialidades: Speech (Fala), Language (Linguagem) e Voice (Voz).

refletem o ambiente/contexto de uma organização (garantia organizacional); d) identificação dos termos que retratam o consenso científico em cada área científica especializada (garantia acadêmica); e) identificação dos termos que representam a cultura em que o usuário está inserido ou um conjunto deles (garantia cultural).

Sobre a garantia cultural, tem-se o registro que esse termo foi inicialmente cunhado por Joel M. Lee, em 1976. O estudioso (Lee, 1976) descreve-na como “[...] uma aplicação prática dos valores culturais expressa na literatura produzida por uma cultura determinada” (p. 111-112) (Tradução nossa). Aqui observamos uma analogia ao princípio da garantia literária preconizada inicialmente por Hulme, em 1911⁹.

Numa aproximação prática, Begthol (2002) conceitua a garantia cultural expondo que “[...] any kind of knowledge representation and/or organization system can be maximally appropriate and useful for the individuals in some culture only if it is based on the assumptions, values, and predispositions of that same culture¹⁰” (p. 511).

A autora Begthol (2002) também aborda o conceito de hospitalidade cultural, que amplia e complementa o princípio da garantia cultural na medida em que ele pressupõe que os sistemas de organização do conhecimento devem ser baseados nas suposições e nas particularidades de determinadas culturas, a exemplo da cultura de um país (cultura nacional) ou de uma unidade social maior ou menor - grupos étnicos, disciplinas acadêmicas, domínio das artes, partidos políticos, religiões ou línguas.

As culturas representadas no vocabulário controlado multilíngue são representativas dos usuários da unidade de informação, devendo atender aos preceitos culturais dessa comunidade. Cabe ressaltar que estudos de usuários devem ser realizados sempre que possível, para detectar novos e potenciais usuários desse siste-

ma, cabendo caso a resposta seja positiva, a revisão do conceito implícito no vocabulário.

O conceito de hospitalidade cultural como garantia ética proporciona condições para que as pessoas possam pensar e agir globalmente e, simultaneamente, localmente e individualmente, respeitando-se para que possam discutir entre si a respeito dessas “particularidades” e sobre suas culturas próprias.

Para Barité (2011), a garantia cultural deve promover valores positivos e de tolerância entre religiões, etnias e opiniões diversas de qualquer natureza, favorecer o uso da terminologia “politicamente correta”, ou seja, deve relevar a igualdade de tratamento entre as religiões, ideias, culturas e subculturas, e propiciar, em última instância, a integração cultural e o respeito pelas culturas locais, sua identidade e seus valores, neutralizando em sistemas de organização do conhecimento os efeitos de aculturação associados com a globalização e os processos políticos e econômicos de exclusão social (Adaptação e tradução nossa).

Para tanto, o autor (Barité, 2010) elenca cinco fatores para que os vocabulários controlados possam integrar o princípio da garantia cultural. São eles: 1) ênfase nas culturas ou nos aspectos locais; 2) respeito pelas minorias; 3) não utilização de termos discriminatórios ou pejorativos; 4) equilíbrio de gênero nos assuntos relacionados com homens e mulheres; 5) equidade na apresentação de religiões, ideias, correntes e teorias.

O princípio da garantia cultural pressupõe que um vocabulário controlado deva atingir o maior número possível de usuários (individuais ou em grupo) e, conseqüentemente, representar a informação a partir da perspectiva cultural de cada indivíduo/grupo. Consideramos, portanto, ser a identidade cultural¹¹ um traço significativo do termo, pois na fase da coleta e seleção para a organização de termos, não só o seu significado em si deve ser relevado, mas também a história e a cultura própria que trazem consigo, e, por sua vez, com o usuário que irá buscá-lo.

11 Hall (2006), define o conceito de “identidade cultural” como aspectos de nossas próprias identidades oriundas de nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e, sobretudo, nacionais. O autor esclarece que “a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural” (Hall, 2006, p. 48-49)

9 Hulme, E. W. (1911). Principles of book classification. En *Library Association Record* (354-358) v. 13. London:

10 Begthol (2002) conceitua a garantia cultural expondo que “[...] qualquer tipo de representação do conhecimento e/ou sistema de organização pode ser maximamente adequado e útil para os indivíduos em alguma cultura só se for baseado nas suposições, valores e preposições dessa mesma cultura” (p. 511).

Definir a identidade cultural é algo complexo devido às particularidades existentes em cada cultura e a cada vez mais rápida transformação cultural. A adoção de uma identidade cultural e de termos “politicamente corretos” deve ser cautelosa e seguir os preceitos da garantia cultural e da multiculturalidade, pois pode levar a exclusão de minorias culturais. Com o reconhecimento de múltiplas culturas e a adoção dos princípios da garantia cultural, a identidade cultural será representativa de todas as culturas, buscando nas minoritárias, sua inclusão.

A garantia cultural, associada às garantias literária, de uso, organizacional e acadêmica, assegura a qualidade da terminologia selecionada e a organização sintático-semântica dos termos. (Barité, 2011) (Tradução e adaptação nossa).

A aplicabilidade de tais princípios recai na escolha de uma abordagem metodológica para o estabelecimento de relações sintático-semântica consistentes entre os termos, obtida a partir da significação que eles possuem diante da literatura científica e de divulgação do discurso comum, do ambiente de trabalho e de estudo e dos valores histórico-culturais que eles representam.

Nesse âmbito, Gomes (1990) aponta ser viável a adequação de metodologia de construção de tesouros monolíngue (Boccato, 2009)¹² para o contexto multilíngue, a partir da elaboração simultânea das versões fonte (língua original utilizada na construção do tesouro) e alvo (língua para qual o tesouro foi traduzido).

A norma ANSI/NISO Z39-19 (2005) apresenta três diretrizes a serem adotadas para a construção de vocabulário controlado multilíngue: 1) combinando vocabulários controlados existentes na formação de um macro vocabulário controlado mais amplo (macro vocabulário controlado), 2) micro ou vocabulário controlado especializado: um vocabulário controlado de estrutura genérica é definido para servir de base/modelo para a inserção de estruturas mais específicas advindas de outros vocabulários, 3) interoperabilidade entre lin-

guagens: interoperabilizar vocabulários controlados do mesmo domínio produzidos originalmente em línguas diferentes.

O *Guidelines for Multilingual Thesuri*, publicado pela IFLA (2009) mostra-nos três abordagens para o desenvolvimento de tesouro multilíngue. São elas: 1) construindo um novo tesouro de baixo para cima: a) iniciando com uma língua e adicionando outra língua ou línguas; b) começando com mais de uma língua simultaneamente, 2) combinando tesouros existentes: a) por meio da fusão de dois ou mais tesouros existentes na formação de um novo tesouro (multilíngue); b) “linkando” tesouros existentes e listas de cabeçalhos de assunto, 3) trazendo um tesouro existente em uma ou mais línguas.

Independentemente da abordagem escolhida, ao construirmos um vocabulário controlado multilíngue, devemos relevar não apenas a sua língua fonte, mas também a língua alvo, respeitando-se as diferenças e a complexidade semântica existentes em cada termo e adaptando-os à realidade linguística e cultural de cada uma deles.

No processo de tradução e adaptação de termos ocorre a equivalência e a não equivalência entre eles, pois possuem procedências semânticas e identidades culturais distintas, considerando, também, a interferência linguística que ocorre na própria dimensão cultural.

Sobre isso, Hudon (1917) e a IFLA (2009) trazem-nos os conceitos de estruturas semânticas idênticas e simétricas e estruturas semânticas não idênticas e assimétricas.

Nas relações de estruturas semânticas idênticas e simétricas, cada descritor deve ter um e somente um equivalente em todas as línguas e estar relacionado da mesma forma a outros descritores da língua fonte. Assim todas as diferentes versões linguísticas de um tesouro multilíngue têm que ser idênticas. Tem-se como exemplo o *AGROVOC Thesaurus*¹³, conforme apresentada na figura 2.

¹² Boccato (2009) define cinco etapas para a construção de vocabulário controlado monolíngue: 1) Etapa preliminar; 2) Planejamento; 3) Desenvolvimento (levantamento dos termos; organização dos termos/conceitos; definição do método de categorização; apresentação final, entre outros elementos); 4) Implantação; 5) Avaliação.

¹³ *AGROVOC Thesaurus* é de responsabilidade da Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <http://aims.fao.org/standards/agrovoc/functionalities/search>

Figura 2. Situação de estruturas idênticas e simétricas no *AGROVOC Thesaurus*¹⁴ parte da categoria de “Poluição”, descritor “Bioacumulação”.

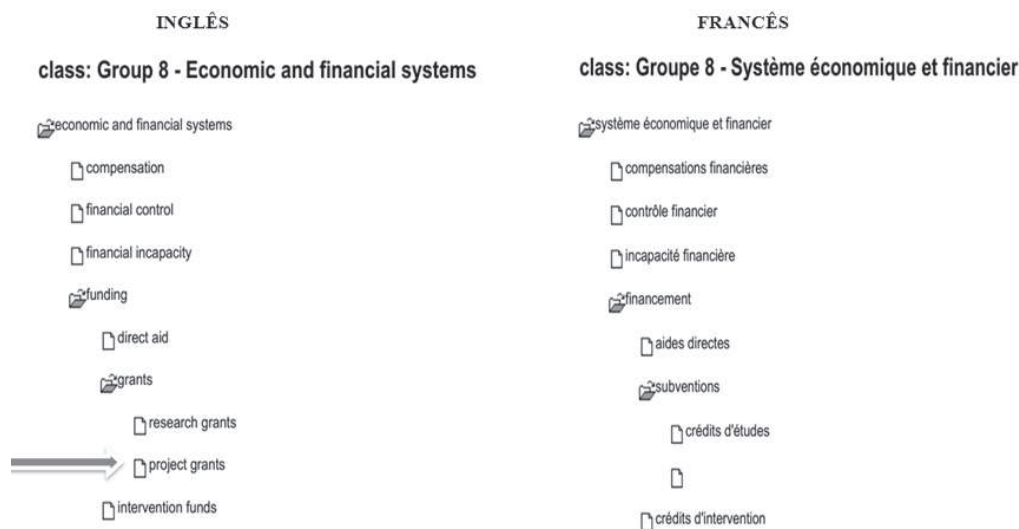
INGLÊS	FRANÇÊS	ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Bioaccumulation (32389) † • UF Bioconcentration • UF Biomagnification • UF Biological magnification • RT Food chains • RT pollutants	Bioaccumulation (32389) † • UF Bioconcentration • UF Bioamplification • UF Amplification biologique • RT Chaîne alimentaire • RT Polluant	Bioacumulación (32389) † • UF Bioconcentración • UF Biomagnificación • UF Magnificación biológica • RT Cadena alimentaria • RT Contaminantes	Bioacumulação (32389) † • UF Bioconcentração • UF Biomagnificação • UF Acumulação biológica • RT Cadeia alimentar • RT Poluente

Fonte: Food And Agriculture Organization of The United Nations (FAO). *AGROVOC Thesaurus*. [S.n.t.]. Disponível em: <http://aims.fao.org/standards/agrovoc/functionalities/search>. Acesso em: 25 nov. 2012.

Diante da figura 2, notamos a presença de uma estrutura sintático-semântica idêntica e simétrica referente ao descritor, em inglês, *Bioacculatation* (língua fonte/de origem) e suas representações nas demais línguas alvo, isto é, em francês, espanhol e português.

Nas relações de estruturas semânticas não idênticas e assimétricas a variação do número de descritores em cada versão linguística de um tesouro é permitida, visto que os conceitos que existem em uma cultura nem sempre estão presentes em outra cultura, preservando-se, assim, a identidade cultural de cada termo em cada língua distinta, em que se cita o *HEREIN Thesaurus*¹⁵, conforme demonstrada nas figuras 3A-B.

Figura 3A. Situação de estrutura não idêntica e assimétrica no *HEREIN Thesaurus*: parte da categoria/grupo 8 - Aspectos econômico - financeiros, em inglês e francês.

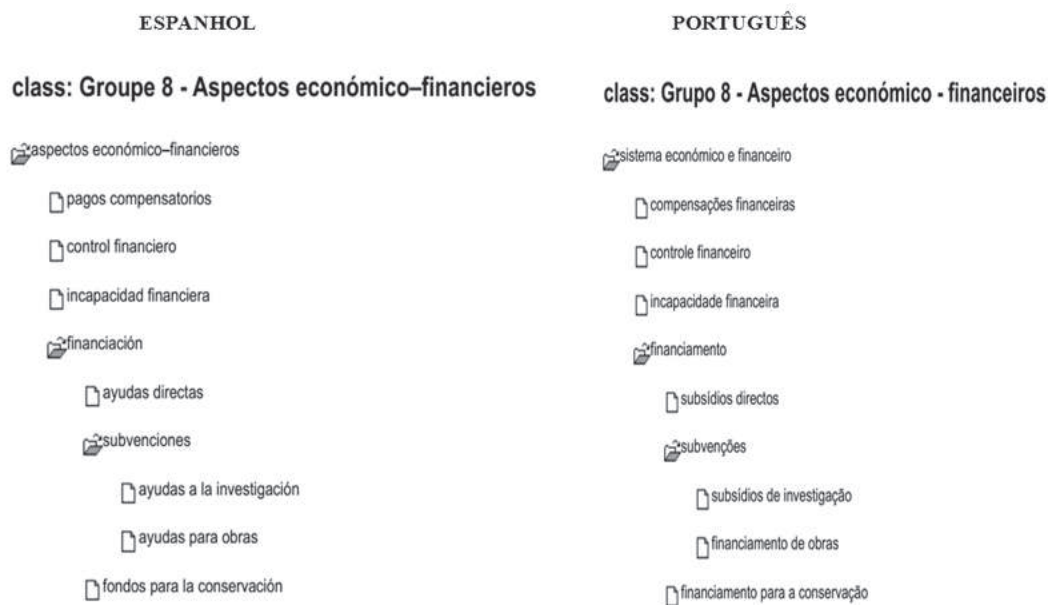


Fonte: European Heritage Network. *HEREIN Thesaurus*. [S.n.t.]. Disponível em: <http://thesaurus.european-heritage.net/sdx/herein/thesaurus/consult.xsp>. Acesso em: 26 nov. 2012.

14 *HEREIN Thesaurus* foi elaborado pela *European Heritage Network*, em catorze línguas, com abrangência temática em Políticas nacionais que arrolam o patrimônio arquitetônico e arqueológico. Disponível em: <http://thesaurus.european-heritage.net/sdx/herein/thesaurus/consult.xsp>

15 *HEREIN Thesaurus* foi elaborado pela *European Heritage Network*, em catorze línguas, com abrangência temática em Políticas nacionais que arrolam o patrimônio arquitetônico e arqueológico. Disponível em: <http://thesaurus.european-heritage.net/sdx/herein/thesaurus/consult.xsp>.

Figura 3B. Situação de estrutura não - idêntica e assimétrica no *HEREIN Thesaurus*: parte da categoria/grupo 8 - Aspectos econômicos - financeiros, em espanhol e português.



Fonte: European Heritage Network. *HEREIN Thesaurus*. [S.n.t]. Disponível em: <http://thesaurus.europeanheritage.net/sdx/herein/thesaurus/consult.xsp>.

[Vera Regina Casari Boccato - Ricardo Biscalchin]

Observando-se a figura 3A, vimos que o termo *Project granys*, em inglês, não possui o termo correspondente em francês, constituindo-se um relacionamento assimétrico entre eles. Em espanhol e português (de Portugal) essa correspondência é identificada (figura 3B), representada, respectivamente, pelos termos *ayudas para obras* e *financiamento de obras*.

O estudo de Boccato e Fujita (2006) também trata dessa questão sinalizando a necessidade da construção da categoria de Fonoaudiologia no vocabulário controlado trilingue (português, inglês, espanhol) DeCS -Descritores em Ciências da Saúde¹⁶, com o estabelecimento, também, de relações sintático-semânticas assimétricas entre os termos. O DeCS possui relacionamentos idênticos e simétricos em todos os termos das diversas categorias e áreas de abrangência nas três línguas, mesmo

quando eles não integram o *MesH – Medical Subject Headings*¹⁷, vocabulário controlado base dos campos nocionais do DeCS. Exemplos: Fonoaudiologia (português), *Fonoaudiología*¹⁸ (Espanhol), *Speech, Language and Hearing Sciences* (termo não oriundo do MeSH).

Entretanto, a norma internacional ISO 25964-1 (2011) aponta cinco características que se configuram entre vantagens e desvantagens na adoção das estruturas semânticas não idênticas e assimétricas. São elas: 1) cada versão linguística do tesouro mantém a sua própria identidade, 2) pouca necessidade de aceitação de conceitos e termos artificiais, 3) limitações à interoperabilidade, 4) não se configura com o mesmo modelo de dados, 5) difícil encontrar *software* para gerenciar todas as versões linguísticas em formação.

16 O DeCS – Descritores em Ciências da Saúde é o vocabulário controlado baseado no utilizado para a indexação e recuperação da informação nas bases de dados (LILACS, MEDLINE, entre outras) que integram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), de responsabilidade da BIREME – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Disponível em: <http://decs.bvs.br>.

17 O *MesH – Medical Subject Headings*, de responsabilidade da *National Library of Medicine* (Estados Unidos), é utilizado na indexação e recuperação da informação na base de dados *PubMed*. Disponível em: <http://www.nlm.nih.gov/mesh/MBrowser.html>

18 Em espanhol, os termos *Fonoaudiología* e *Logopedia* são equivalentes.

Diante do exposto, muito embora Hudon (1997) relate que os vocabulários controlados multilíngue têm contribuído para o rompimento da barreira linguística, proporcionando o acesso informacional por usuários pertencentes às culturas que possuem línguas distintas, ela destaca alguns problemas que estão associados a sua construção, a saber: 1) o incremento da língua, ajustando-a a uma estrutura conceitual estrangeira e tornando-a reconhecível apenas aos seus próprios falantes, 2) ser apropriado ou não transferir toda uma estrutura conceitual de uma cultura para outra, 3) traduzir literalmente os termos de uma língua fonte em expressões sem sentido para a língua-alvo, entre outros.

Para a autora (Hudon, 1997), o tesouro multilíngue deve oferecer os conceitos e as terminologias completas para cada língua representada, por meio das relações hierárquicas, não hierárquicas e de equivalência, possibilitando ao usuário consultar a versão linguística mais apropriada para a realização de sua pesquisa de informação semântica.

Além disso, a norma ANSI/NISO Z39.19 (2005), também aborda a especificidade e o contexto cultural como elementos de importância no processo de seleção de termos e no estabelecimento de vários tipos de relações semânticas.

Ratificando tais abordagens, Boccato (2009) mostra-nos que a prática da harmonização de termos (NBR 13790, 1997), articulada ao princípio da garantia cultural (Beghtol, 2002), reforçam a perspectiva sociocultural como modo de otimizar o acesso, a recuperação e o uso da informação aos usuários de diferentes línguas.

Ratificando tal afirmação, Zeng (2008) mostra

[...] que os sistemas de organização do conhecimento devem ser estruturados em um plano multidimensional, transpondo fronteiras culturais e geográficas de acesso e representação, sem desconsiderar suas funções principais que incluem a eliminação da ambiguidade, o controle de sinônimos e o estabelecimento de relacionamentos semânticos. [...] (Boccato, 2009, p. 120).

Portanto, de acordo com os aportes teóricos e metodológicos abordados neste estudo, indicadores são apresentados, no contexto das dimensões culturais e pela

perspectiva do princípio da garantia cultural, como uma contribuição na construção de vocabulários controlados multilíngues. São eles:

- Empregar termos representativos da cultura de um indivíduo ou de uma coletividade deles;
- Empregar termos técnicos - científicos representativos da cultura e da linguagem de especialidade de áreas do conhecimento;
- Contemplar termos representativos de grupos sociais minoritários;
- Promover a igualdade de termos das temáticas homens e mulheres, paz e guerra, religiões, correntes ideológicas e convicções político-sociais;
- Evitar termos discriminatórios ou depreciativos;
- Fomentar a imparcialidade na coleta de termos a partir dos princípios das garantias literária, de uso, organizacional e cultural;
- Praticar a seleção ética de termos para a representação por assunto de áreas do conhecimento;
- Traduzir os termos da linguagem fonte para a(s) linguagem(ns) alvo(s), considerando-se a correspondência conceitual que deve ocorrer entre as terminologias das áreas científicas especializadas das linguagens/idiomas envolvidos;
- Realizar a compatibilidade semântica entre os termos representativos de diferentes culturas nas perspectivas dos preceitos da multiculturalidade e da transculturalidade;
- Adotar as estruturas não - idênticas e assimétricas entre os termos na construção de vocabulários controlados multilíngues representativos dos valores sócio- histórico e cultural das terminologias de áreas do conhecimento;
- Relevar o aspectos cultural, comunicativo e a flexibilidade na construção de vocabulários controlados multilíngues consistentes para a recuperação de informações pertinentes de áreas do conhecimento;
- Adotar a abordagem de desenvolvimento simultâneo do vocabulário controlado nas diferentes línguas a serem representadas.

4. Considerações finais

A tarefa de elaboração de vocabulários multilíngues é árdua, porém estimulante e, para isso, é importante também que esses instrumentos de representação temática sejam dotados de “[...] princípios éticos que promovam uma visão transcultural, e assim, proporcionem a divulgação dos variados aspectos relacionados ao conhecimento” (Pinho, 2006, p. 70). Além disso, conduz-nos a um exercício complexo e cauteloso, pois cada sociedade possui uma identidade cultural própria, sendo uma característica fundamental a ser considerada na fase de coleta e seleção para a organização de termos.

A construção desses vocabulários faz-se a partir de subsídios teórico-metodológicos advindos das literaturas técnica (normas internacionais) e científica em Ciência da Informação e áreas interdisciplinares (Linguística, Terminologia, Tradução, Ciência da Computação, Antropologia, Educação, Sociologia, Estudos Culturais, entre outras). Ressaltamos, nesse contexto, a importância do uso do princípio da garantia cultural, respeitando a universalização, no nível global e a particularização, no nível local que o vocabulário controlado multilíngue deve possuir. Todavia, as dificuldades encontradas no processo decisório sobre qual abordagem de construção adotar também nos remete aos contextos organizacional, acadêmico e informacional em que usuários profissionais (bibliotecários) e leitores estão inseridos.

Este estudo é uma discussão inicial sobre a construção de vocabulários controlados multilíngues, apresentando indicadores segundo os aportes teóricos e metodológicos, no contexto das dimensões culturais e pela perspectiva do princípio da garantia cultural. Buscamos por meio destes indicadores instigar o aprofundamento em cada um deles para uma definição metodológica acerca da construção desses vocabulários, que possibilitam

facilitate cross-cultural communication in an increasingly global information society. [...] This is partly to allow equal representation of all languages [...], and partly because semantic structures make the conceptual context of each term and its translations more

explicit than randomly sorted lists.¹⁹ (Jorna & Davies, 2001, p. 285)

Pautados nos preceitos de Boccato (2005), vimos que usuários em distintas culturas e falantes de línguas diversas requerem diferentes tipos de informação. Tal constatação conduz ao delineamento de vocabulários controlados multilíngues “[...] capazes de atender, cada vez mais, as necessidades de buscas de diferentes usuários [...], a partir do acesso fácil, ágil e interativo às informações disponíveis em qualquer suporte e espaço informacional” (Boccato, 2005, p. 26, 2011, p. 188)

Com a disseminação do conhecimento em nível mundial e a oportunidade da busca por assunto em sistemas de recuperação disponíveis em rede, vimos ser fundamental e desafiador a harmonização entre termos de diferentes línguas, a partir do tratamento igualitário que deve ser a elas dispensado, uma vez que cada termo reflete o universo semântico-científico próprio de cada língua e cultura.

O uso de vocabulário controlado multilíngue consistente permite a representação, por assunto, condizente com a realidade informacional de usuários, antes restrita a unidades de informação reais e, hoje, configurando-se também, em comunidades usuárias remotas de unidades de informação digitais e virtuais, transpondo fronteiras geográficas e ultrapassando barreiras linguísticas e culturais.

Esse objeto de estudo - vocabulário controlado multilíngue - faz-nos pensar sobre a necessidade de revitalização dessa temática que, a partir da (re)visitação de pressupostos teóricos e metodológicos nos estudos clássicos e contemporâneos em Ciência da Informação, nos possibilitou “explorar” com mais intensidade o cenário interdisciplinar da área em que atua e dialoga com outras ciências, na busca da compreensão, organização, representação e recuperação da informação em nível global para a geração do conhecimento científico.

¹⁹ “facilitar a comunicação inter-cultural em uma sociedade da informação cada vez mais global. [...] permitindo a igualdade de representação de todas as línguas [...], e em parte porque as estruturas semânticas tornam o contexto conceitual de cada termo e suas traduções mais explícita do que as listas ordenadas de forma aleatória” (Jorna & Davies, 2001, p. 285)

5. Referencias

1. ANSI/NISO Z39.19 (2005). *Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*. Disponível em: http://www.niso.org/apps/group_public/download.php/6487/Guidelines%20for%20the%20Construction,%20Format,%20and%20Management%20of%20Monolingual%20Controlled%20Vocabularies.pdf
2. Barité, M. (2011). La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra Clave (La Plata)*, 1 (1), 2-11. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/16751/1/PCLP%25202011%2520vlnla2.pdf>
3. Begthol, C. (2002). A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, 58(5), 507-532.
4. Boccato, V. R. (2005). *Avaliação de linguagem documentária em Fonoaudiologia na perspectiva do usuário: estudo de observação da recuperação da informação com protocolo verbal*. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/boccato_vrc_me_mar.pdf
5. Boccato, V. R. (2009). *Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal*. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/boccato_vrc_do_mar.pdf
6. Boccato, V. R. & Fujita, M. S. (2006). Evaluación del vocabulario controlado DeCS en logopedia desde la perspectiva del usuário: un estudio de observación de la recuperación de información con protocolo verbal. *Scire*, 12 (1), 179-195. Disponível em: <http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1594/1566>
7. Campos, M. L., Gomes, H. E. & Motta, D. F. da. (2004). *Elaboração de tesauro documentário: tutorial*. Disponível em: <http://www.conexaoRIO.com/bitit/tesauro/index.htm>
8. Costa, J. P. & Lacerda, T. (2007). *A interculturalidade na expansão portuguesa: séculos XV-XVIII*. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Portugal_Intercultural/1_Expansao_Portuguesa.pdf
9. Geertz, C. A. (2008). *Interpretação das culturas*. Disponível em: http://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/geertz_clifford_a_interpretac3a7c3a3o_das_culturas.pdf
10. Gomez, H. E. (1990). *Manual de elaboração de tesouros monolíngues*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002423.pdf>
11. Grolier, E. de. (1962). *Étude sur les catégories générales applicables aux classifications et codifications documentaires*. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001372/137244fo.pdf>
12. Gonçalves, J. L. de A. (2006). O educador social, desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas. En *Cadernos de Estudo [do Centro de Investigação Paula Frassinetti]*. Porto, no. 3 (111-118). Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/109/Cad_3EducadorSocialDiversidade.pdf?sequence=2
13. Hall, S. A. (1997). Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. En *Educação & Realidade*, 22 (2), 15-46.
14. Hall, S. A. (2003). Questão multicultural. En Sovik, Liv, organizador. *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (51-100). Belo Horizonte: Editora da UFMG.
15. Hall, S. A. (2006). *Identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: DP&A.
16. Hudon, M. (1997). Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. *Information Services & Use*, 17(2/3), 111-123.
17. IFLA (2009). *Classification and Indexing Section. Working Group. Guidelines for multilingual thesauri*. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s29/pubs/Profrep115.pdf>
18. IFLA (2012). *Manifiesto IFLA/UNESCO por la biblioteca multicultural. La biblioteca multicultural: portal de acceso a una sociedad de culturas diversas en diálogo*. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/library-services-to-multicultural-populations/publications/multicultural_library_manifiesto-es.pdf
19. Jantsch, E. (1972). Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. En: OCDE. *L'interdisciplinarité* (98-125). Paris:
20. Jorna, K. & Davies, S. (2001). Multilingual thesauri for the modern world: no ideal solution? *Journal of Documentation*, 57 (2), 284-295.
21. ISO 25964-1 (2011). *Information and documentation - thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: thesauri for information retrieval*. Geneva: ISO.
22. Lancaster, F.W. (2004). *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2.ed. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos.
23. Lazzarin, L. F. (2008). Multiculturalismo e multiculturalidade: recorrências discursivas na educação musical. *Revista da ABEM*, 19, 121-128. Disponível em:

http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/revista19/revista19_artigo13.pdf

24. Lucchesi, M. A. & Malanga, E. B. (2011). Interculturais e identidades nacionais: transculturalidade e transdisciplinaridade. *Visão Global. Joaçaba*, 14 (1), 73-88. Disponível em: http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/868/pdf_287
25. NBR 13790 (1997). *Terminologia - princípios e métodos: harmonização de conceitos e termos*. Rio de Janeiro: ABNT.
26. Neiva, R., Alonso, L. & Ferneda, E. (2007). Transculturalidade e Tecnologias da Informação e Comunicação. *RENOTE – Revista Novas Tecnologias na Educação*, 5 (2). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14373/8270>
27. Nicolescu, B. (2005). *O Manifesto da transdisciplinaridade*. Tradução de Lucia Pereira Souza. 3. ed. São Paulo: Triom.
28. Pinho, F. A. (2006). *Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol*. Disponível em: http://www.enancib.ppgci.ufba.br/premio/UNESP_Pinho.pdf
29. Silva, D. J. (1999). O paradigma transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental. En *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Workshop Sobre Interdisciplinaridade. 2- 3 dezembro de 1999* (). São José dos Campos, Brasil. Disponível em: <http://www.gthidro.ufsc.br/arquivos/transdisciplinaridade.pdf>.
30. Tylor, E. B. (1920). The science of culture. En: _____. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. 6. ed v.1. (1-25). London: John Murray, Albemarle Street.
31. UNESCO (2002). *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>
32. Zeng, M. L. (2008). Knowledge organization systems (KOS). En *Knowledge Organization: international journal devoted to concept theory, classification, indexing, and knowledge representation*, 35 (2-3), 160-182.